

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais – Curso de Ciências Contábeis

Antônio Piancastelli Silveira Mourão
Heitor Santana Paranhos
João Victor Araújo dos Santos
Lucas de Andrade Balbino
Samuel Dias Fonseca Teixeira

**ANÁLISE DO ROMPIMENTO DAS BARRAGENS EM MARIANA E BRUMADINHO
SOB OS ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, FINANCEIROS E POLÍTICOS.**

Belo Horizonte
2018

SUMÁRIO

| | |
|--|---------------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO..... | 5 |
| Título do Projeto..... | 5 |
| Público-alvo..... | 5 |
| Área de Abrangência..... | 5 |
| Duração do projeto..... | 5 |
| JUSTIFICATIVA..... | 5 |
| 1. CONTABILIDADE AMBIENTAL | 6 |
| 1.2 ATIVOS AMBIENTAIS..... | 7 |
| 1.3 PASSIVOS AMBIENTAIS..... | 8 |
| 1.4 GASTOS AMBIENTAIS..... | 9 |
| 1.5 RECEITAS AMBIENTAIS..... | 9 |
| 2. ASPECTOS POLÍTICOS..... | 11 |
| 2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS..... | Error! Bookmark not defined. |
| 2.3 ASPECTOS SOCIAIS..... | 12 |
| 3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS..... | 13 |
| 4 METAS..... | 13 |
| 5. METODOLOGIA ORGANIZACIONAL..... | 14 |
| 6. Execução das atividades..... | 14 |
| 7. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS OU PRODUTOS ESPERADOS..... | 15 |
| 8. MONITORAMENTO/ ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO..... | 16 |

| | |
|--|-------------|
| 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES..... | 1616 |
| 10. REFERÊNCIA..... | 1717 |

IDENTIFICAÇÃO

Título do Projeto

A partir da análise do rompimento das barragens e os aspectos, sociais, econômicos, financeiros e políticos, como o profissional contábil pode evitar que desastres como esse ocorram.

Público-alvo

O público-alvo desse trabalho será o Brasil como um todo, pois o dinheiro da mineração gera um grande ativo para país, porém iremos focar no Estado de Minas Gerais, pois é um estado que possui um grande número de barragens e também foi onde ocorreram dois desastres ambientais relacionados a isso.

Área de Abrangência

A área de abrangência do projeto será em Minas Gerais, e espera – se expandir para todo o Brasil durante o projeto.

Duração do projeto

O projeto tem a duração de dez meses , começando em fevereiro de 2019 até novembro de 2019 por se tratar de um projeto elaborado e executado em várias etapas.

JUSTIFICATIVA

Escolhemos esse tema, pois ele chamou a atenção do grupo por se tratar de dois acontecimentos recentes e que deixou a população bastante comovida e revoltada pela forma como tudo aconteceu. No dia 5 de Novembro de 2015 no subdistrito de Bento Rodrigues, a barragem de “ Fundão” controlada pela Samarco.

Considerado o desastre industrial que causou o maior impacto ambiental da história do Brasil e o maior do mundo que envolve barragens de rejeitos.

Junto com a negligência da Samarco em não apresentar análise de ruptura e um plano de contingência para o caso de riscos ou acidentes, a falta de fiscalização e leis rigorosas, esse desastre tirou a vida de 18 pessoas e além do desastre ambiental, que praticamente acabou com a vegetação local, afetando inclusive bacias hidrográficas do país. Economicamente o Desastre praticamente quebrou as cidades de Mariana e

Brumadinho, pois houve a queda de mais de 60% do comércio das cidades e perdas de 5 milhões em arrecadação.

1.1 Contabilidade Ambiental.

A contabilidade como ciência social aplicada apresenta condições, com seus registros e controles, de contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente. Especificamente, tal conjunto de informações é denominado de “contabilidade ambiental”.

É de consciência de todos que os recursos naturais são limitados e que quanto maior o desenvolvimento econômico maior é a degradação do meio ambiente, logo, não podemos manter a intensidade de degradação que mantemos ao longo das últimas décadas, caso não haja uma mudança de comportamento, o equilíbrio ecológico do nosso planeta será comprometido.

Com isso, vem a necessidade da Contabilidade Ambiental, com a finalidade de registrar os custos, despesas, ativos e passivos ambientais, além de proporcionar informações com transparência para os seus usuários sobre o desempenho ambiental, de acordo com os princípios contábeis.

A Contabilidade ambiental, é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações.

Seu objetivo é propiciar informações confiáveis aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade. Após toda a contabilização desses mesmos eventos, é possível formar os demonstrativos contábeis e gerenciais com as informações necessárias para análise da situação patrimonial da empresa com o enfoque socioambiental que a mesma está inserida.

Conforme Sá (2000), o contador é indispensável nesse novo cenário, com a disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, evolução das sociedades e valorização do homem. É ele o detentor de informações importantes e capaz de influenciar positivamente as organizações contribuindo na

tomada de decisão. Deve ser capaz de divulgar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas, para as quais presta serviço.

1.2 Ativos Ambientais .

Ativos ambientais são investimentos que a empresa possui destinado à proteção, preservação e recuperação ambiental, os quais deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando o ativo circulante ambiental, o realizável ambiental e permanente ambiental.

No conceito de Tinoco e Kraemer (2006) os ativos ambientais são bens que a empresa adquire para utilizar no controle, preservação e recuperação do meio ambiente podendo tornar mais eficientes ou seguros outros ativos da entidade bem como proporcionar a redução ou prevenção de contaminação ambiental que pudessem vir a ocorrer no futuro.

Para Ribeiro (2006) os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental.

A informação contábil deve abranger os investimentos realizados, seja na compra de bens permanentes, nas despesas do exercício em curso ou nas obrigações contraídas em prol do meio ambiente, como também as medidas empreendidas para sua recuperação e preservação.

Sendo assim, devem ser evidenciados à parte nas demonstrações contábeis para permitir ao usuário avaliar essas informações e efetuar comparações que denotem o empenho da empresa na preservação do meio ambiente.

Abaixo, a Contabilização de uma Compra, a vista, de materiais de recuperação ambiental, no valor de R\$ 200.000,00;

| | |
|-------------------------|----------------|
| D – Estoques Ambientais | R\$ 200.000,00 |
| C – Caixa/Banco | R\$ 200.000,00 |

1.3 PASSIVOS AMBIENTAIS.

Os passivos ambientais se referem a todas as obrigações decorrentes de um evento ou transação que refletam a interação da empresa com o meio ecológico, obrigações podem ser passadas e os sacrifícios relacionados com entrega de ativos ou prestação de serviços.

Segundo Ribeiro (2006), o reconhecimento do passivo ambiental pela contabilidade se refere aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente.

O IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em sua Norma e procedimento de Auditoria NPA n. 11 – Balanço e Ecologia, define Passivo Ambiental como toda a agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial.

Desta forma, o passivo ambiental representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como, taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos provocados a terceiros.

Há duas formas de entender, em sua origem, as obrigações como passivos ambientais, os passivos ambientais normais e os anormais. Como passivos ambientais normais podem-se entender os decorrentes do processo produtivo, onde há emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, com possibilidade de controle, prevenção e, em alguns casos, de reaproveitamento. Já os passivos ambientais anormais, são decorrentes de situações não passíveis de controle pela empresa e fora do contexto das operações, onde as perdas são inevitáveis. Como exemplo, um acidente com um reservatório de material tóxico ou altamente poluente provocado por raio, terremoto, furacão ou outro evento aleatório.

Enfim, o controle e reversão dos impactos das atividades econômicas no meio ambiente, são a essência do passivo ambiental, envolvendo todos os custos das atividades que sejam desenvolvidas desde o momento da ocorrência do fato gerador, ou a partir da constatação de responsabilidade sobre este fato, dentro do devido regime de competência.

Apresentando como exemplo simples de lançamento contábil:

a) Compra, a prazo, de novos equipamentos ambientais, no valor de R\$ 150.000;

| | |
|--|-------------|
| D – Equipamentos Ambientais | R\$ 150.000 |
| C – Fornecedores de Bens e Serv. de Prot. Recuperação. Ambiental | R\$ 150.000 |

b) Pagamento de indenizações por danos ambientais já provisionados, no valor de R\$ 30.000;

| | |
|---------------------------------------|------------|
| D – Indenizações por danos Ambientais | R\$ 30.000 |
| C – Caixa ambiental | R\$ 30.000 |

1.4 GASTOS AMBIENTAIS

Muitos gastos da empresa na área ambiental resultam em benefícios futuros para a sociedade, mas nem sempre para a empresa que incorreu nos gastos. Segundo Paiva (2009), define-se gastos como sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos. Com a geração do desembolso sem a contrapartida nas receitas. Podendo ser classificados como perdas. Os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, direta ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente.

Os gastos podem ser ativados e não ativados; os ativados são aqueles gastos registrados no ativo da empresa, representando um benefício futuro, sendo transferidos para as despesas à medida que esses benefícios ocorram, como a aquisição de matéria prima do período e novos equipamentos, já os não ativados são registrados como despesas a partir do momento que são incorridos, como gastos não ativados podemos citar as despesas com treinamento de pessoal e despesas de manutenção, desde que tenham relação com o meio ambiente e contribuam para geração de receitas.

Há também outros tipos de gastos como, por exemplo, quando a empresa é autuada por danos ambientais, sendo caracterizado como perda, gerando assim novos passivos.

1.5 RECEITAS AMBIENTAIS

As receitas ambientais decorrem de prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos com o processo produtivo, venda de produtos reciclados, receita de aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de matérias-primas, redução do consumo de água, redução do consumo de energia, participação no faturamento total da empresa com o reconhecimento de sua responsabilidade com o meio ambiente, considerando, também o ganho de mercado que a marca adquire no momento que há o reconhecimento da população ao ligar sua imagem à uma política que se preocupa com o ecossistema.

Dessa forma, como citado acima, os gastos poupadados são considerados como receitas para a empresa, pois estão deixando de gastar além do necessário.

Embora a implantação da gestão ambiental não tenha como objetivo principal gerar receita para a empresa, mas sim desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais, nada impede que a empresa tire algum proveito econômico deste processo. Como a elaboração de produtos a partir de sobras de insumos do processo produtivo. A receita ambiental pode ser todo o ganho que a empresa passa a receber quando a opinião pública reconhece sua política de preservação e dá preferência aos seus produtos ou serviços.

2.1 ASPECTOS POLÍTICOS.

Foram três anos e dois meses entre um desastre e outro, em 2015 com o rompimento da barragem de “ Fundão ” vários deputados foram ao plenário reivindicar mudanças nos códigos de mineração, foram apresentados diversos projetos de lei, visando punir os responsáveis pelo crime que esse desastre foi, além de propor medidas que visam prevenir futuros desastres, cumprimento dos prazos de licença prévia e de operação e projetos conceituais e a proibição de novos licenciamentos de alteamentos de barragens. Nessa época, o governo Federal ignorou a prevenção de novos desastres e facilitou a obtenção de crédito para financiar os projetos das mineradoras, isso foi um dos principais atos do governo Temer. O que seria de grande importância se fosse feito junto com medidas que visam a prevenção de futuros passivos ambientais, além de perdas de vidas.

Um importante projeto de lei que está em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais proíbe que as barragens sejam licenciadas em áreas com povoados próximos, ou manancial destinado ao abastecimento público de água potável. Distância de no mínimo 10 km. Mas como tudo que envolve a justiça e criação de leis demora anos e mais anos para ser sancionado, houve outro rompimento de barragem em Brumadinho, que como já tinha negligências dos órgãos responsável pela fiscalização mais a impunidade para os responsáveis pelo outro desastre. Nada foi feito. Em Brumadinho contabilmente falando, teve um menor passivo ambiental em comparação com o desastre de Mariana, porém o número de vidas perdidas foi de quase vinte vezes.

Com esse segundo desastre, além da perda de vidas, a economia em Brumadinho foi devastada assim como em Mariana, e a cidade mesmo com indenizações e “ajuda” da Vale não conseguirá se reerguer, pois além da tributação na mineradora, várias

pessoas da cidade trabalhavam nela. Ou seja, além de tudo, também é um desastre econômico, causado pela negligência dos administradores dessas mineradoras, e dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização dessas barragens. É de grande importância que a partir de agora, todas as barragens sejam fiscalizadas, estejam com os alvarás de funcionamento em dia, e também os responsáveis pelos laudos e administração da empresa sejam punidos criminalmente, além de garantir provisões justas no balanço da empresa, caso haja novas tragédias, o que é inadmissível que ocorra.

2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

Brumadinho e Mariana tem como uma das principais atividades econômicas a mineração, que é responsável por 65% das receitas dos municípios, cerca de 10% da população trabalham diretamente nas mineradoras, além disso, para ambos municípios as mineradoras fazem jus a um faturamento de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 ao mês, um valor de R\$ 60.000.000,00 ao ano. Fazendo com que os municípios sejam altamente dependentes “*do minério*”. Brumadinho, por sua vez, conta com uma população de 39.520 (dados obtidos pelo IBGE), sendo 8.783 deles ocupadas a Vale. O governo continua cobrando responsabilidades pelas tragédias ocorridas, e pede para as empresas não interromperem os pagamentos do CFEM, mesmo as atividades das empresas estarem suspensas. Além dos 65% das receitas ligadas a mineradora, cerca de 95% das receitas dos municípios são oriundas de impostos, como o ISS, ICMS e outros. Ambos os desastres acarretaram uma perda de R\$ 23,3 bilhões ao Estado de Minas Gerais, de acordo com informações divulgadas, são maiores que a riqueza anual gerada por 948 municípios mineiros. Segundo a FIEMG, para cada R\$ 100,00 reais que a mineradora deixa de ganhar, outras indústrias, de setores como transporte, máquinas e equipamentos, deixam de fatura 1 quarto do valor, R\$ 25,00 reais.

O maior receio é que a mineradora não volte aos patamares atuais e que a empresa priorize a sua produção de minério de ferro nas minas de outro Estado, do Pará. A empresa inclusive admite que poderá direcionar as explorações para a outra unidade (como Carajás, no Pará). O minério de ferro explorado no Estado de Minas Gerais não é considerado de boa qualidade, porém, já no Pará, é possível extrair um bom minério

de ferro. Com a paralização da exploração nas minas, o minério de ferro fica escasso no mercado, gerando assim, uma procura e pouca demanda, assim, consequentemente, eleva-se o preço do minério de ferro no mercado, o que faz a Vale vender um bom minério, cujo preço é maior, por um preço ainda mais majorado. A consequência com essas mudanças acarretara prejuízos e irá afetar o orçamento, comprometendo investimentos em saúde, educação e desenvolvimento de ambos os municípios.

2.3 ASPECTOS SOCIAIS

O rompimento da barragem da empresa Vale em Brumadinho trouxe consequências drásticas e aflições comuns entre os moradores do Córrego do Feijão, como o medo, angústia, incerteza e preocupação com o futuro, a tragédia decorrente dos 8 bilhões de litros de lama sobre o município de Brumadinho atingiu a própria base administrativa da empresa e causou uma grande avalanche pela comunidade da Vila Ferteco, deixando rastros de destruição e centenas de mortos e desaparecidos.

Os impactos da contaminação da água provocada pelos rejeitos da barragem liberados nos rios afetam a saúde da população local e de regiões distantes, será preciso monitorar essa população por anos. O que acontece é que depois da grande mobilização do resgate chega a depressão e as pessoas passam a apresentar problemas de alcoolismo, depressão e suicídio, fazendo com que os impactos do desastre na saúde são amplos.

3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O jornal O tempo diz – “*Minas Gerais vira ‘refém’ da mineração em relação perigosa, Estado se desenvolveu a partir da atividade, mas especialistas criticam total dependência do setor.*”

De acordo pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) Minas Gerais é o Estado mais importante para o setor. O Estado representa 53% da produção do país e, das cem maiores minas, 40 estão em suas terras. Não há dúvidas que a economia do

Estado mineiro está completamente ligada a atividade, mas, mais do que isso, há também uma dependência histórica e uma crença que a mineração é um dom do Estado.

Após o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, o prefeito da cidade, Duarte Junior, disse – “*se a Samarco saísse de lá, Mariana pararia.*” No entanto, o desastre ocorrido pelo desabamento da barragem da Samarco superou a degradação ambiental causada pela exploração do ouro nos últimos séculos. O desastre “matou” o rio Doce, trouxe danos à fauna e à flora típica das regiões por onde a lama de rejeitos passou e gerou prejuízos sociais a mais de 30 cidades às margens do curso d’água, de Minas Gerais ao Espírito Santo. Para o chefe do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Francisco Eduardo de Andrade – “*a mineração não precisa ser vista como única alternativa para o Estado, mesmo estando em quase metade dos municípios*”. Ele acredita que muito desse discurso é proveniente de interesses políticos e econômicos.

O que sabíamos sobre a exploração antigamente era muito pouco, hoje temos mais consciência, mas, mesmo assim, a apropriação da riqueza produzida no Estado ainda continua concentrada na mão de um único grupo muito pequeno. O que mudou foi o processo de exploração, mas a retirada de riqueza continua. Para quem vive nas cidades com extração, há a máxima de que a prática traz desenvolvimento, gera empregos e alavanca a economia. Por outro lado, os impactos do meio ambiente são constantes e, às vezes, negligenciados. O medo da população em trabalhar diretamente na exploração, a angustia da mãe, da esposa ao ver o marido sair de casa. E temos um exemplo disso, desastre ocorrido em Brumadinho, além da fauna e flora, o rompimento Brumadinho e Mariana tem como uma das principais atividades econômicas a mineração, que é responsável por 65% das receitas dos municípios, cerca de 10% da população trabalham diretamente nas mineradoras, além disso, para ambos municípios as mineradoras fazem jus a um faturamento de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 ao mês, um valor de R\$ 60.000.000,00 ao ano. Fazendo com que os municípios sejam altamente dependentes “*do minério*”. Brumadinho, por sua vez, conta com uma população de 39.520 (dados obtidos pelo IBGE), sendo 8.783 deles ocupadas a Vale. O governo continua cobrando responsabilidades pelas tragédias ocorridas, e pede para as empresas não interromperem os pagamentos do CFEM, mesmo as atividades das empresas estarem suspensas. Além dos 65% das receitas ligadas a mineradora, cerca de 95% das receitas dos municípios são oriundas de

impostos, como o ISS, ICMS e outros. Ambos os desastres acarretaram uma perda de R\$ 23,3 bilhões ao Estado de Minas Gerais, de acordo com informações divulgadas, são maiores que a riqueza anual gerada por 948 municípios mineiros. Segundo a FIEMG, para cada R\$ 100,00 reais que a mineradora deixa de ganhar, outras indústrias, de setores como transporte, máquinas e equipamentos, deixam de fatura 1 quarto do valor, R\$ 25,00 reais.

O maior receio é que a mineradora não volte aos patamares atuais e que a empresa priorize a sua produção de minério de ferro nas minas de outro Estado, do Pará. A empresa inclusive admite que poderá direcionar as explorações para a outra unidade (como Carajás, no Pará). O minério de ferro explorado no Estado de Minas Gerais não é considerado de boa qualidade, porém, já no Pará, é possível extrair um bom minério de ferro. Com a paralização da exploração nas minas, o minério de ferro fica escasso no mercado, gerando assim, uma procura e pouca demanda, assim, consequentemente, eleva-se o preço do minério de ferro no mercado, o que faz a Vale vender um bom minério, cujo preço é maior, por um preço ainda mais majorado. A consequência com essas mudanças acarretaria prejuízos e irá afetar o orçamento, comprometendo investimentos em saúde, educação e desenvolvimento de ambos os municípios da barragem contendo 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos, matou 233 pessoas, uma perda representada por 147,38 hectares.

Já se faz muito tempo que somos um Estado dependente das mineradoras, um erro que continuamos cometendo, eles exploram, destroem o nosso solo, e ainda atuam com negligência sem nenhum respeito. Precisamos aprender a viver de uma forma diferente, sem tanta dependência. Mesmo que ainda haja exploração em nossa federação, os regulamentos e as normas precisam ser mudados, buscamos em nosso trabalho de extensão, sobre como poderemos seguir adiante com as mineradoras, e algumas mudanças devem ser tomadas sobre os impactos ambientais gerados pelas atividades de exploração, que haja uma tributação correta para as empresas exploradoras, que as empresas façam uma contrapartida para a exploração do solo (como; criação de uma área de florestamento), que há exploração não possa ultrapassar os limites que o solo pode suportar, uma fiscalização bem próxima das empresas, que não possa haver exploração perto de rios pluviais, e que assim, podemos viver de uma forma mais tranquila, porém, que nunca mais em nossas vidas sejamos dependentes das “mineradoras”.

4 METAS

Para ser mais objetivo no tema geral do trabalho, decidimos traçar metas que irá nos nortear até o final do projeto para que ele tenha êxito e seus objetivos sejam cumpridos.

As metas traçadas foram as seguintes:

- 1) Analisar a necessidade das atividades mineradoras para economia/sociedade do estado.
- 2) Apresentar os resultados do nosso projeto para a população.
- 3) Apontar atividades rentáveis para uma cidade atingida por uma catástrofe se reerguer nos pilares econômicos.

5 METODOLOGIA ORGANIZACIONAL

Com esse projeto de extensão vamos conscientizar a população de que o Estado de Minas Gerais não depende das mineradoras, pois além de explorarem o país eles destroem o ecossistema e atuam com negligência e sem nenhum respeito.

6 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

A execução do projeto ocorrerá conforme cronograma das atividades.

7 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS OU PRODUTOS ESPERADOS

Com a realização do trabalho esperamos demonstrar um esclarecimento para a população, levantando dados e pesquisas sobre a importância da atividade mineradora no país, mas também mostrar outras possibilidades de atividades economicamente rentáveis para as cidades atingidas e aquelas onde a principal atividade econômica é a mineração. Já que no Brasil a imprudência das grandes indústrias mineradoras não nos passa mais segurança e credibilidade para fiscalizar

as suas atividades é necessário começar a pensar em outras alternativas para que não possa mais ocorrer desastres como o de Mariana e Brumadinho.

8 MONITORAMENTO/ ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma vez que o trabalho é realizado em duas etapas que compreende o período de 2 semestres, identifica-se que é possível executá-lo. Pretendemos examinar as demonstrações.

Já em relação a avaliação da execução do projeto, iremos avaliar no decorrer do projeto através de relatórios.

| CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES | | |
|--|---------------------|-------------------|
| Execução das atividades | Data Inicial | Data Final |
| Elaboração do projeto de extensão | 01/03/2019 | 01/05/2019 |
| Entrega do Projeto de Extensão | | 07/05/2019 |
| Discussão prévia da apresentação | | 03/05/2019 |
| Exposição dos Projetos e Práticas de Extensão | | 03/05/2019 |
| Diagnósticos dos dados levantados | 20/04/2019 | 30/08/2019 |
| Propostas de melhorias da entidade (se necessário) | 20/04/2019 | 30/08/2019 |
| Elaboração do relatório extensionista | 01/03/2019 | 30/08/2019 |
| Conclusão | | 30/08/2019 |

REFERÊNCIAS

- <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-gerais-vira-ref%C3%A9m-da-minera%C3%A7%C3%A3o-em-rela%C3%A7%C3%A3o-perigosa-1.1185431>
- <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/minera%C3%A7%C3%A3o-representa-60-da-arrecada%C3%A7%C3%A3o-de-brumadinho-1.689654>
- <https://www.otempo.com.br/economia/vale-faz-mg-perder-valor-maior-que-o-pib-de-99-das-cidades-1.2134787>
- https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/30/interna_gerais,1026024/apesar-de-mobilizacao-politicos-fizeram-pouco-para-evitar-desastres-c.shtml
- <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47077083>
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

CopySpider Scholar

[Exportar relatório](#) [Referências ABNT](#) Visualizar ▾

1557272242376_TRABALHO TI final BARRAGENS.docx (07/05/2019)

Documentos candidatos

scielo.br/scielo.php... [2,15%]
diariodoaco.com.br/n... [1,29%]
bhbit.com.br/terceir... [0,61%]
www2.unifap.br/mario... [0,41%]
fundacaotelefonica.o... [0,39%]
facil123.com.br/blog... [0,28%]
google.com/intl/pt-B... [0,17%]
linguee.com.br/portu... [0,12%]
pt.scribd.com/docume... [0,11%]

Arquivo de entrada: 1557272242376_TRABALHO TI final BARRAGENS.docx (3370 termos)

| Arquivo encontrado | Total de termos | Termos comuns | Similaridade (%) |
|-------------------------|-----------------|---------------|------------------|
| scielo.br/scielo.php... | Visualizar 4766 | 172 | 2,15 |
| diariodoaco.com.br/n... | Visualizar 865 | 54 | 1,29 |
| bhbit.com.br/terceir... | Visualizar 1408 | 29 | 0,61 |
| www2.unifap.br/mario... | Visualizar 1941 | 22 | 0,41 |
| fundacaotelefonica.o... | Visualizar 2954 | 25 | 0,39 |
| facil123.com.br/blog... | Visualizar 820 | 12 | 0,28 |
| google.com/intl/pt-B... | Visualizar 730 | 7 | 0,17 |
| linguee.com.br/portu... | Visualizar 2228 | 7 | 0,12 |
| pt.scribd.com/docume... | Visualizar 174 | 4 | 0,11 |
| www2.planalto.gov.br... | - | - | - |

Conversão falhou